

ENTREVISTA

Crédito da foto: César Ferreira da Silva



Carlos Rodrigues Brandão

Entrevistadores:

Kattia de Jesus Amin Athayde Figueiredo (SEEDF)
César Ferreira da Silva (GEPEJA - Unicamp)

Biografia:

Licenciado em psicologia e Psicólogo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1965). Mestre em antropologia pela Universidade de Brasília (1974). Doutor em ciências sociais pela Universidade de São Paulo (1980). Livre docente em antropologia do simbolismo pela Universidade Estadual de Campinas. Realizou pós-doutorado na Universidade de Perugia e na Universidade de Santiago de Compostela. É “fellow” do St. Edmund’s College da Universidade de Cambridge. Atualmente é professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), professor colaborador do POSGEO da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e professor visitante da Universidade Estadual de Goiás. Possui experiência na área de antropologia, com ênfase em antropologia camponesa, antropologia da religião, cultura popular, etnia e educação, com foco na Educação Popular. É Comendador do Mérito Científico pelo Ministério de Ciência e Tecnologia, Doutor honoris causa pela Universidade Federal de Goiás, Doutor honoris causa pela Universidad Nacional de Lujan (Argentina), professor emérito da Universidade Federal de Uberlândia, e professor emérito da Universidade Estadual de Campinas.

Educação Popular e Educação do Campo: Dialogando com a sabedoria e com as memórias de Carlos Rodrigues Brandão

1. No prólogo do livro *a Questão política da Educação Popular* (1980), você apresenta um recurso metodológico interessante e rico em detalhes ao abordar o conceito de educação relacionado às questões do trabalho. Considerando o trabalho como categoria integradora dos processos educacionais, como os saberes do trabalho convergem para a escolarização campesina?

Carlos Rodrigues Brandão: Existem determinadas categorias ligadas à educação que são extremamente complexas. Então quando a gente fala, assim como você falou, a categoria trabalho, de repente parece uma coisa simples, mas é complicado pensar a questão do trabalho! A mesma coisa acontece entre nós, a propósito, com a categoria cultura. Me lembro até de um texto de um antropólogo que dizia: “Se eu pudesse excluir três palavras da língua inglesa, uma delas certamente seria cultura”. Com o trabalho é a mesma coisa. Eu costumo dizer que são determinadas categorias que vão do PSOL¹ até o DEM², que vão da extrema-direita à extrema-esquerda. Então é muito complexo dar uma resposta imediata. Por exemplo, eu tenho recebido depoimentos por escrito, em e-mail, em lives, não apenas do Brasil, mas inclusive de países do primeiro mundo, como Polônia, Inglaterra e França, sobre um mal que assola o nosso mundo de agora, e que em grande parte explica inclusive o que está acontecendo entre Ucrânia, Rússia e o Ocidente, que é todo um processo pragmático, utilitário, funcional, neopositivista, que afeta tanto o mundo das ciências, quanto o mundo das artes, quanto o cotidiano das nossas vidas e, nuclearmente, o campo da educação.

É interessante que a categoria trabalho é uma categoria fundamental na Educação do Campo, ao mesmo tempo em que é uma categoria fundamental na educação produtivista do Ministério da Educação. Então, toda uma educação que “qualifica” o trabalho e a pessoa que aprende como sujeito destinado ao trabalho, ou seja, ao mercado de trabalho, vai ser robotizada, instrumentalizada, vai ser esvaziada de conteúdos e de significados mais profundos. Basta ensinar às pessoas algum ofício e, às pessoas de mais alto nível, alguma coisa que as habilite a ser o novo herói do mundo, o empreendedor ou a empreendedora. Ou seja, o trabalho é uma categoria fundadora

de uma educação se opõe ao tipo de educação que a gente imagina, sobre a qual nós escrevemos, falamos, dialogamos, desde os tempos de Paulo Freire e até mesmo anteriormente.

A categoria trabalho também é uma categoria fundadora e fundamental desde a Educação Popular de Paulo Freire dos anos 1960 e antes, até a Educação do Campo, que é uma coisa muito recente, dos anos 2000. E qual a diferença entre a Educação Popular e a Educação do Campo? Uma vem do século XX e outra do século XXI. No entanto, repito, a categoria trabalho é uma categoria essencial, associada inclusive, no caso da Educação do Campo, à terra, ao território, mas com outra destinação.

Nesse ponto, eu faria uma certa diferença, não oposição, entre trabalho enquanto categoria destinada ao processo produtivo de ações humanas sobre a natureza, principalmente plantar e cuidar de plantas, colher; e trabalho enquanto agir, que não é uma definição muito querida e muito usual nessa educação bancária dos tempos de Paulo Freire e nessa educação capitalista nos tempos de agora. O que diferencia a educação que nós propomos, a educação com que trabalhamos, são duas coisas: em primeiro lugar, a ideia de que o trabalho, mesmo enquanto trabalho produtivo, por exemplo, na agricultura, na agrossilvicultura, é um trabalho que tem sentido como trabalho produtivo na mesma medida em que ele também é um trabalho político. A diferença de um camponês conscientizado e de um alienado – pra usar expressões do Paulo Freire – “É que um só trabalha e o outro transforma o seu trabalho numa ação”. Não é apenas o trabalho para produzir cenouras ou cebolas, mas o trabalho como um ato também político, de resistência, de luta pela terra, de afirmação de uma categoria cidadã.

Essa seria então uma diferença essencial que eu estabeleceria. Nós, seres humanos, entre o que a gente faz na cozinha todos os dias, desde o café da manhã, e o que a gente faz, por exemplo, em atividade de agroecologia, ou então na sala de aula, entre nossos alunos e alunas, nós estamos exercendo vocações de trabalho. Mas a diferença fundamental é se o meu trabalho transforma a mim mesmo numa mercadoria humana subordinada ao trabalho, segundo os interesses do capital – e nesse caso eu fui apenas instrumentalizado para me tornar o competente competitivo no lugar de destinação dessa educação, que é o mercado e não a sociedade – e o meu trabalho enquanto agir. O Paulo Freire gostava muito de uma categoria, que eu confesso que não uso muito porque eu nunca entendi o que ela quer dizer, que é a ideia de “práxis”. É uma palavra de origem grega, a qual ele usa com muita frequência, que é justamente essa ideia de uma ação que ao mesmo tempo em que se dirija como trabalho à sociedade, como trabalho produtivo na empresa, na indústria, na agricultura, é um trabalho consciente de transformação da própria natureza e da sociedade.

Interessante ver como no dicionário de Agroecologia e Educação³, que tá muito colado à Educação do Campo, através do próprio título, a ação produtiva pela natureza, junto à natureza e com a natureza não tem nada a ver com as propostas do agronegócio. Não se trata apenas de como exercer um trabalho com e sobre a natureza, mas de como exercer um trabalho não de oposição, de confronto e de domínio, mas de comunhão com a natureza. Em que eu não degraço, em que eu não destruo; mas em que, pelo contrário, produzindo eu busco regenerar. Daí deriva, por exemplo, a agroecologia, a permacultura

e a agrossilvicultura – um trabalho que é produtivo enquanto produz bens, produz milho, produz trigo, produz arroz e feijão, produz o que a gente come na nossa comida; um trabalho que é de comunhão, de regeneração da natureza, não de oposição e domínio; enfim, um trabalho que tem uma dimensão política, pois através do meu trabalho eu me afirmo como um sujeito produtor de cultura, defensor de um território, e assim por diante.

2. Como mobilizar políticas educacionais na perspectiva pedagógica da Educação Popular e da Educação do Campo, a partir dos saberes constituídos pelo modo de vida e identidade territorial camponesa?

Carlos Rodrigues Brandão: Em primeiro lugar, eu queria fazer uma indicação: o trabalho de Miguel Arroyo, meu querido amigo, do tempo que passei em Belo Horizonte, e eu ia dar aula no então nascente mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Miguel tem trabalhado com muito mais profundidade do que eu, inclusive, a categoria território. A educação como um território de conflitos. Nesse sentido, podemos observar como grande parte daquilo que foi criado sob a categoria cultura no contexto da Educação do Campo, inclusive a partir da Pedagogia do Oprimido (1968), aos poucos foi sendo, não necessariamente substituído, mas mesclado em categorias como terra e território. Claro, isso porque, de então pra cá, outros agentes, atores e autores entraram em todo esse diálogo nosso a respeito de uma educação emancipadora. Indígenas, pescadores, camponeses, quilombolas e, de repente, pra eles, a questão da terra, no caso do camponês, ou do território – o índio não quer terra, ele quer território. Com tudo isso, cobrou uma relevância que substantivou a própria ideia de cultura que, inclusive, no próprio Paulo Freire era algo meio etéreo. Etéreo no sentido de uma criação, quase que como uma superestrutura, como adoram dizer os marxistas.

Eu vou dar uma resposta de antropólogo. Eu sou antropólogo. Eu tenho que explicar continuamente que, embora eu tenha sido educador popular muito antes de virar antropólogo – eu sou educador popular, inclusive militante, desde 1964 –, eu me tornei antropólogo em 1974. Dez anos depois. Mas, minha prática, em grande medida, inclusive hoje em dia como educador, é através da antropologia. Inclusive, eu acabei de me aliar a um grupo de pessoas, mulheres em maioria, e nós criamos com muita alegria uma primeira rede nacional de antropólogos da educação – chama-se Argonautas (antropólogos adoram esses nomes). Neuzinha, que pesquisou quilombos. Sandra, Gilmar... somos ainda umas dez pessoas. Mas vamos lá, eu vou dar uma resposta antropológica para vocês.

Quando a gente pesquisa e trabalha com a educação, a pergunta essencial é: “Que vocação de educação eu estou praticando? Educação emancipadora, transformadora? Uma educação mercantil e apenas modernizadora, como essa que eu critico? Uma educação para a paz? Uma educação indígena? Uma educação popular? Uma educação quilombola? Uma Educação do Campo? Pedagogia da terra?” Hoje em dia, nós estamos trabalhando com um campo tão polissêmico que fica difícil até fazer uma pergunta direta, porque depende muito

das diferentes vocações. Mas quando a gente trabalha sobretudo com educação indígena – e eu estou transversalmente ligado a isso, não diretamente porque eu não sou etnólogo. Minha filha sim, ela agora está em um projeto de acompanhamento de estudantes indígenas que ingressam em universidades. É um problema muito complicado. Por exemplo, a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) tem mais de 140 estudantes indígenas agora, e eles entram por meio de vestibular como um direito de identidade e etnia, alguns não sabem nem escrever e estão no curso de enfermagem, medicina às vezes... e quase que têm que ser alfabetizados para ingressar no mundo do branco. Então, minha filha está ligada a um projeto de acolhida e acompanhamento de indígenas universitários. Mas não é disso que eu queria falar.

O que eu gostaria de discutir é o seguinte: por que essa pergunta é dirigida a mim? Por que essa pergunta não é dirigida ao Miguel Arroyo ou à Roseli Caldart? Se ela é uma pergunta sobre Educação do Campo – uma educação que é do campo não abstratamente, mas uma educação das pessoas do campo, não apenas no campo como a educação rural tradicional, mas do campo. Homens, mulheres, crianças, velhos. Então, a minha pergunta é essa: por que não perguntar para eles? A primeira vez que eu encontrei a Roseli eu fazia essa pergunta. Vocês fizeram um dicionário inteiro de Educação do Campo, e que camponês foi convidado para escrever um verbete? A gente vive quando somos nós, defendendo o nosso direito de ser os porta-vozes. Quando a questão tem a ver com a mulher, pergunte-se às mulheres. Quando a questão tem a ver com antropólogos, pergunte a antropólogos... encontros entre antropólogos, consultas a antropólogos. E quando são camponeses? E quando são indígenas? Aliás, os indígenas cobram isso mais do que nós. Na Colômbia, por exemplo, eles recusaram a educação indígena e criaram a educação própria. Aqui no Brasil tem casos semelhantes. E eu estou aqui só para mostrar a vocês... eu tenho sido muito arauto desses tempos novos. Pedagogia da Terra, Educação do Campo... e não apenas como uma conquista nossa, de educadores brancos e educadores com títulos de doutor e assim por diante, mas em grande parte deles e delas que nós ainda silenciemos. Agora, no Brasil nesse momento, três dos livros mais vendidos, inclusive publicados por grandes editoras – uma delas é a Companhia das Letras –, são dois livros do Ailton Krenak e um do Davi Kopenaw, *A queda do céu* (2015). Davi Kopenawa que é o nome que aparece em primeiro lugar, um indígena Yanonami, e Bruce Albert, que é um antropólogo francês com quem ele trabalhou. Nós estamos vivendo este tempo. As mulheres cobram que as questões femininas sejam agora ditas e proclamadas por elas. É uma grande conquista! Então eu chego a um caso extremo: nós nunca perguntamos às crianças que educação elas gostariam de ter. Alguém se lembra dessa consulta? Não é no papo de pesquisa, mas pra fazer um planejamento para trabalhar com crianças – “ahhh, mas elas ainda não estão preparadas”. Ah! Que beleza. E aí a gente descobre quando conversa com elas que nós somos pedagogas, mas elas são filósofas. Elas têm um grau de imaginação e de sabedoria que nos dá um banho. Olha aqui, são quatro livros: *Recordar é bom, mas dói*; *Histórias que a história não conta*; *Grito sem eco*; e *Sonhos de poeta*. Quatro livros de três irmãos camponeses. Só tem um vivo agora, o José Moreira.

O autor de um deles [*As histórias que a história não conta*], inclusive, o Oscavú Moreira, foi violentamente torturado na durante a ditadura militar. Esteve mais de um ano e meio preso. Faleceu há algum tempo. A gente se juntou em Goiânia – eles são todos goianos – e ele escreveu dois livros, mas em vida publicou um só. É muito impressionante ler esses livros. Até esse aqui, *Sonhos de poeta*, com um título tão romântico – quantos poemas de denúncia, de denúncia viva, de quem viveu, e não de quem foi lá estudar quem viveu, a respeito, inclusive, de educação. Sobretudo, o Oscavú. Eles foram monitores do Movimento Educação de Base (MEB)⁴, inclusive, trabalharam com a minha esposa, Maria Alice⁵, que era coordenadora de Goiás. O Parcial, que era um músico excelente do Partido Comunista do Brasil, também já faleceu. Um dos maiores músicos que eu conheço de música sertaneja.

Então, eu estou devolvendo essa tua pergunta, não como quem quer fugir dela, mas como quem quer olhar pela porta dos fundos. Você me fez uma pergunta pela porta da frente, vamos imaginar uma casa, e eu entrei pela porta dos fundos. E você me diz “mas vem cá, e eles?”. Uma das grandes críticas que eu faria, não só ao Dicionário de Educação do Campo – eu não me lembro, pode ser até que tenha, mas eu não me lembro – é que as pessoas do campo não falam, ou se falam, falam residualmente. Os indígenas são mais bravos. Eles, em geral, não gostam quando não aparecem e não falam. Então, a primeira pergunta que eu faria, como antropólogo, é a seguinte: se temos um projeto de educação, não no campo que é a educação rural tradicional, mas do campo... como diria a Roseli Caldart, destinada a fixar pessoas na terra, como cidadãos da terra, como pessoas cuja cidadania é outorgada pelo fato de serem da terra, de serem camponeses e camponesas... então, em grande medida, eu perguntaria a eles, sobretudo a essas pessoas. Esses aqui [Irmãos Moreira Coelho] são casos especiais porque foram todos educadores populares e foram, inclusive, líderes sindicais. Inclusive, como eu disse, Oscavú foi preso e torturado durante muito tempo. Então, eu diria que não vou te dar uma resposta direta porque eu vou te dizer: vai na cozinha, vai no porão, vai no quintal e pergunta pra eles. Daí pergunta pra mim.

Olha que bonito: Por uma educação do povo cantada pelas ruas: um apanhado de escritas do povo e sobre uma Educação Popular. Isso aqui foi publicado, por enquanto em e-book, por uma editora de Brasília. Mas com um detalhe muito interessante: é uma editora artesanal. Eles publicaram antes, inclusive, um livro meu de poesia, chamado *De mãos abertas*, de punhos erguidos. São poemas meus, metade de mãos abertas, metade de punho erguido. Essa editora é uma editora de catadores de papel que está aí em Brasília, na Cidade Estrutural. Chama-se Editora Abadia Catadora. E eu tenho a grande alegria de ter agora dois livros publicados artesanalmente por uma editora de catadores de papel. Eu tô mostrando isso... eu vou mostrar pra vocês como é que quando a gente sai um pouquinho, abre um pouco as portas desse mundo nosso – acadêmico, universitário, doutoral, de tese, dissertações, de projetos fabricados, às vezes, ao longo de muitas reuniões – e sai em busca daqueles a quem a gente quer levar ou um projeto de saúde, ou projeto de educação... quando a gente sai e vai a eles, o que nos é revelado é extraordinário. É realmente extraordinário.

3. As discussões tratadas no âmbito dos princípios, fundamentos e políticas públicas sobre a práxis pedagógica nas escolas do campo convergem para a compreensão dos aspectos identitários das populações camponesas como ponto de partida para fortalecer a Educação do Campo na condição de modalidade da educação básica. A esse respeito, como você destacaria o papel da educação popular e dos movimentos sociais na luta pela institucionalização da Educação do Campo como direito público?

Carlos Rodrigues Brandão: Essa pergunta é tão complexa que só poderia ser respondida adequadamente através de um seminário – a gente poderia até constituir um seminário de três... cinco dias... chamar Miguel Arroyo, que eu considero a cabeça mais lúcida da educação hoje em dia. O Miguel é feito eu, quando ele começa a falar, demora acabar. E ele, que foi jesuíta, ainda fala bravo. Então, olha, eu vou responder depressa, porque seria uma síntese pro nosso encontro de cinco dias.

Uma querida amiga minha, que se autoproclama – inclusive em cartão de visita – Educadora Popular, Fernanda Paulo, do Rio Grande do Sul... ela até fazia um estudo⁶ sobre Educação Popular através de cartas minhas, velhas cartas. Andou lá pela Rosa dos Ventos⁷, mas ela tá na Colômbia agora, onde, aliás, eu vou muito. E acabou de chegar a notícia de que meu querido amigo colombiano, Alfonso Torres Carrillo, que tava inclusive viajando com ela, teve um derrame cerebral. E estamos muito preocupados. Provavelmente ele não vai embora, ele é bem mais moço do que eu... É uma das cabeças mais lúcidas. Quando me perguntam: “Brandão, você poderia indicar algum livro bom seu sobre Educação Popular?”, eu digo “Não tem nenhum, mas eu te recomendo dois. Infelizmente, um deles não tem em português. o livro do Alfonso Torres Carrillo, Educação Popular: trajetória e atualidade (2012), e o do Oscar Jara, A Educação Popular Latino-Americana: história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos (2020). Então, não leiam Carlos Brandão. Leiam primeiro o Oscar Jara – com quem estive antes da pandemia na Costa Rica, ele mora lá – e o Alfonso Torres.

Eu estou dizendo isso pelo seguinte: quando, em 1960, eu ingressei na Universidade, eu ingressei ao mesmo tempo em um curso de Psicologia na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC). Nós, tanto cristãos de esquerda quanto marxistas, pensávamos em uma educação – inclusive, antes da Pedagogia do Oprimido, que demorou muito a sair... O nosso projeto era revolucionário, não se falava nem em terra, nem em território. Falava-se em tomada do poder. Líamos Gramsci, líamos Lenin e o Padre Vaz – aliás, os católicos liam mais do que os marxistas, eu acho, sobretudo Gramsci. Então, era uma questão... o sujeito era classe popular, entre camponeses e operários, e o projeto era tomar do poder. O exemplo de Cuba de 1959 era para nós um espelho muito imediato. Daí para cá, não quer dizer que isso tenha enfraquecido, mas foi extremamente modulado, e tanto o Alfonso quanto os outros educadores falam de uma reconceitualização da Educação Popular – daí a Educação do Campo. Educação do Campo, para mim que venho da Educação Popular, é uma derivação modernizadora, atualizadora, no bom sentido de modernizado. Foi a Educação Popular dos anos 1960, 1970 e 1980. Uma educação que se dirigia às classes populares – Paulo Freire chamava “os esfarapados da terra” – pluridirigida às pessoas do campo. Porém,

não só a elas: mas também a quilombolas; a pescadores; a pantaneiros; a povos das florestas; a indígenas; a mulheres. Inclusive no Conselho de Educação Popular da América Latina e do Caribe (CEAAL), grande conselho de Educação Popular, existe uma Educação Popular feminista. Eu estive até em uma reunião – quer dizer, eu não participei da reunião, não deixaram, mas eu vi de longe, lá em Popayan, na Colômbia justamente – desse grupo de Educação Popular feminista. Então, não há um caminho único. Eu observei isso há sessenta e dois anos atrás, no começo da Educação Popular. Existe uma polivalência de caminhos, uma polivalência de dilemas, de quebras de uma sociedade humana e inclusiva, igualitária, capaz de abranger diferenças com toda a liberdade. Essa sociedade tem que ser transformada, mas não através de uma estrada de mão única, mas através de uma polissemia de ações e de estratégias pedagógicas. Fica muito complicado dar uma resposta única, quando na verdade você tem um leque muito amplo de acordo com essa pergunta. Mas, a Educação do Campo, ou as educações libertárias, emancipadoras, estão neste momento sendo dirigidas a que categoria de sujeitos sociais? Não me venha com esse papo de classe popular. Hoje em dia, dentro disso aí, existe um leque de diferenças – que, aliás, se concentra, no fim das contas, mas são diferenças que fazem questão de serem reconhecidas. Então, é um projeto que se dirige à escola pública? Às escolas do MST⁸? Às escolas de comunidades indígenas? Às escolas quilombolas? Às escolas associadas aos movimentos feministas? Às crianças? Aos adolescentes? Aos adultos, através de programas de Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁹?

Então, eu acho que, quando os dilemas dos atores são múltiplos, as respostas devem ser também. Agora, quanto à política pública, não me pergunte, porque uma das coisas boas do antropólogo é ter horror a questões de políticas públicas, poder de Estado. A gente deixa isso para cientistas políticos e para sociólogos. Não é que tenhamos horror, mas não é muito a nossa praia. Eu só trabalhei próximo de entidades do poder público¹⁰ no Rio Grande do Sul, durante o governo de Olívio Dutra, de quem tenho muita saudade...há uns 16 anos. Na época, uma das questões mais candentes era: a partir do poder público, municipal, estadual, é possível gerar uma escola popular? É possível produzir e manter uma educação não apenas pública – isso é muito pouco –, mas popular? Esse era o nosso grande desafio.

4. Você poderia compartilhar conosco uma memória vivida no tempo do Movimento de Educação de Base (MEB) que esteja ligada diretamente ao processo de alfabetização de comunidades camponesas brasileiras na década de 1960?

Carlos Rodrigues Brandão: É interessante observar uma coisa: como a pedagogia, que lida essencialmente com pessoas, a pedagogia não é nada mais e nada menos do que ciência e arte de trocas entre pessoas, através de afetos, de sentidos, de significados, de saberes... como que a pedagogia demorou a descobrir a pessoa. Quando a gente pega em livros de educação, de pedagogia, dos anos 1950 e 1960, eles são terivelmente impessoais. Eles trabalham com funções: o professor, a diretora, a orientadora educacional, os estudantes, as alunas. E eu me lembro que foi preciso chegar lá pela década de 1980 pro Antônio Nóvoa, lá de Portugal, e outras pessoas

começarem a trabalhar com história de vida, em que a pessoa da professora falava, não enquanto uma função discorrendo sobre o trabalho, mas eu falando da minha vida, “eu cheguei a ser professor...”. Existem trabalhos muito bonitos a esse respeito.

Eu acredito que essa é uma das características fundadoras de todas essas pedagogias emancipadoras. Eu me refiro sempre no plural porque existem vertentes – nós temos, por exemplo, a pedagogia do oprimido; a Educação Popular; a pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani, que inclusive foi colega do Paulo Freire e meu (nós escrevemos juntos o primeiro documento sobre educação pro Partido dos Trabalhadores recém-fundado); as pedagogias libertárias dentro da UNICAMP, fortemente influenciadas pelo trabalho de Maurício Tragtenberg¹¹, que já nos deixou, uma pessoa extremamente sábia, que era um anarquista e que não chamava a educação dele de Educação Popular, mas educação libertária.

Nesse contexto, a Educação do Campo surge muito tardiamente. Eu diria que ela apareceu ontem. E, realmente, uma das características da Educação Popular, dessas variantes, é não só o ingresso da mulher, mas um ingresso progressivamente protagônico da mulher. Certa vez, eu fiz uma listagem de 52 mulheres Educadoras Populares só das que eu conhecia, do meu tempo, pela América Latina toda. Então, essa presença protagônica da mulher, ainda colocada um pouco na penumbra, é sempre aquela imagem da Elza Freire¹², fiel esposa de Paulo Freire. Foi preciso a Nima¹³ escrever um livro sobre a querida Elza, para confrontar essa visão equivocada. Mas quantas e quantas mulheres, educadoras, inclusive criadoras, às vezes, de ideias com maior sabedoria do que as nossas teorias masculinas e, às vezes, até um pouco machistas.

Nos anos 1960, nós éramos muito divididos – entre as pessoas de esquerda – entre militantes cristãos (Frei Betto, Leonardo Boff, eu e Maria Alice) e militantes marxistas – que inclusive se dividiam em Trotskistas, Maoístas e Leninistas). Assim como hoje em dia a gente vai conhecendo uma pessoa e contando qual é a nossa área de trabalho, o nosso time de futebol, naquele tempo a gente abria o jogo e dizia “eu sou tal”, uma espécie de assinatura. E entre os companheiros marxistas, havia uma certa relutância nessa pessoalização, que é muito característica de Paulo Freire. Paulo Freire, desde a Pedagogia do Oprimido, é o confidente. Ele só consegue escrever falando dele. É tanto assim que ele vai terminar escrevendo Cartas a Cristina (2019), À sombra desta mangueira (1995), que são livros de memória. Aliás, desde Pedagogia da Esperança (1992). E eu também tenho esse viés mais pessoalizado. Então, eu acho que um dos ganhos de todo esse leque, dessa árvore de muitos frutos, que são as pedagogias críticas, as educações emancipadoras, é esse ingresso paritário de mulheres, e agora, passo a passo, também incorporando aqueles que primeiro eram nossos objetos de pesquisa, depois nós chamamos de sujeitos de pesquisa, e na pesquisa participante, de companheiros de pesquisa, que agora são aqueles que cada vez mais nos desafiam, a partir do mundo deles, a dizer as nossas palavras.

Quando eu saí do Rio de Janeiro imigrado para os mundos rurais, o meu orientador sabe disso, José de Sousa Martins¹⁴, do meu doutorado... quando o meu trabalho saiu como livro, Os deuses do povo (1981), ele fez o prefácio, e ele começa com essa frase desafiadora: “Carlos Brandão é um caipira nascido em Copacabana”. De fato, eu me identifiquei muito como pesquisador, como educador, ao mundo rural. Falando mais como antropólogo do que como educador, penso que os passos, alguns dos passos mais essenciais, para a gente recuperar, inclusive como uma memória, como uma presença, como uma integridade das vocações emancipadoras da educação, entre a Educação Popular, a Educação do Campo, é essa pedagogia da escuta. É essa capacidade de, de repente, calar minha voz e aprender com aqueles a quem eu penso que estou ensinando. Não como um ato de condescendência, porque aí seria péssimo, mas como um ato de quem vai e aprende.

Eu sempre gosto de lembrar dessa minha história. Lá em Caldas, no sul de Minas, há muitos anos, eu tava girando com uma folia de Santo Reis. Vocês querem me ver feliz, não é no meio de pedagogo, de educador, não. É na roça, com folia, com catira, com membros do Congo, do Moçambique. Aliás, meus trabalhos de antropologia estão todos por aí. E justamente na estrada entre Caldas e Andradas, entre Pocinhos do Rio Verde e Andradas, é uma estrada de terra – naquele tempo a gente frequentava muito. Então, a folia parou em um pouso que se chama Pouso e Folia, onde os foliões jantam, às vezes alguns até dormem. E eu estava lá, documentando, eu tenho inclusive um trabalho sobre a Folia de Reis de Caldas, e tinha um senhor, que nem era da folia, ele foi lá, ele era um campônês e foi assistir. E eu encostei em um barranco ao lado dele e resolvi puxar uma conversa. Não só por ser antropólogo, mas maranhense costuma dizer que eu sou o tipo do cara que conversa até com cavalo e com cachorro, e é verdade. E eu puxei conversa com ele perguntando como é que as crianças aprendem na folia – essas perguntas que a gente faz nessas pesquisas. Então, ele foi entrando na conversa e acabou aparecendo no prefácio do livro A questão política da Educação Popular, que é um livro dos anos 1970. Paulo Freire mesmo dizia que o Ciço – ele chamava ele de Ciço, Antônio Cícero de Sousa – era um dos maiores educadores que ele conheceu.

5. Professor Carlos Rodrigues Brandão: como seria, em síntese, uma educação para o povo do campo?

Carlos Rodrigues Brandão: Eu vou te responder como respondi agora. Uma Educação do Campo deveria ser uma educação das pessoas do campo. Uma educação que as pessoas do campo acham que deveria ser a educação deles. No momento em que a gente for capaz de entender o que eles pensam e o que nós podemos fazer do que eles pensam – com eles –, a gente está criando uma verdadeira Educação do Campo. ■

Notas

¹ Partido Socialismo e Liberdade.

² Partido Democratas.

- ³ Produção da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV-Fiocruz), coordenada com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e em parceria com a Editora Expressão Popular.
- ⁴ O Movimento de Educação de Base (MEB), sob a responsabilidade do Episcopado Brasileiro, através de sua entidade representativa, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), foi criado no início da década de 1960. Por um lado, foi estruturado a partir das experiências de Escolas Radiofônicas (ER) e das Escolas Ecumênicas Rurais Radiofônicas (EERR), como o Sistema Rádio Educativo Nacional (SIRENA), o qual, desde 1957, integrava a Campanha Nacional de Educação Rural e utilizava rádios vinculadas à Rede Nacional das Emissoras Católicas (RENEC), na Região Nordeste do país. Por outro, baseou-se na experiência internacional das Escolas Radiofônicas da Colômbia, no povoado de Sutatenza, na Colômbia, com a Educação de Adultos (EDA), iniciadas em 1947. O MEB foi instituído em março de 1961, pelo Decreto presidencial nº 50.370/1961, que assegurou seu funcionamento com recursos financeiros do governo federal para: [...] ministrar educação de base às populações das áreas subdesenvolvidas do Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país, através de programas radiofônicos especiais, com recepção organizada (MEB, 1961) por meio de alfabetização de adultos em massa, cujos objetivos previam também a educação sanitária, a iniciação agrícola, a iniciação democrática e a formação profissional (SPIGOLON; SILVA, 2021, p. 141).
- ⁵ Maria Alice Martins de Araújo nasceu em 07 de junho de 1936, em Mossâmedes – antiga Aldeia de São José de Mossâmedes, município brasileiro do interior do estado de Goiás, Região Centro-Oeste do país. Participou da Juventude Universitária Católica, quando estudante. Formou-se em Letras Neolatinas, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Maria Alice vinculou-se a trabalhos com Educação Popular e com os movimentos sociais, atuando sobretudo com a alfabetização de adultos, juntamente com um grupo de estudantes recém-formados. Aqui, caracteriza a sua inserção no MEB, onde desenvolvia atividades de coordenação e sistematização de cursos, treinamentos e oficinas no Estado de Goiás (SPIGOLON; SILVA, 2021, p. 126).
- ⁶ Este estudo refere-se a parte da tese de doutorado de Fernanda dos Santos Paulo (2018).
- ⁷ A Rosa dos Ventos é um sítio de propriedade de Carlos Rodrigues Brandão, considerado como o grande projeto pessoal de vida de seus trabalhos ao redor da Educação Popular, da Educação do Campo, e das Pedagogias Emancipatórias, funciona como casa de acolhida, para professores, pesquisadores, militantes, músicos, poetas e ambientalistas. Localizada na cidade de Caldas/MG no distrito de Pochinhos do Rio Verde, fica sob as montanhas do vale da Serra da Pedra Branca, à margem de matas e cachoeiras.
- ⁸ Movimento dos Trabalhadores sem Terra
- ⁹ Educação de Jovens e Adultos
- ¹⁰ Partido dos Trabalhadores
- ¹¹ Maurício Tragtenberg foi um Sociólogo e professor da UNICAMP, nasceu em 4 de novembro de 1929, no Rio Grande do Sul. Amigo pessoal de Carlos Rodrigues Brandão e de Paulo Freire, fundaram juntos o Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), um dos principais centros de Estudos sobre Educação e Sociedade no país, que está localizado na Faculdade de Educação da UNICAMP, onde trabalhou.
- ¹² Elza Freire, além de atuar como professora e diretora em instituições públicas de Pernambuco, foi precursora na formação de formadores e educadores para atuar com Alfabetização de Adultos. Ao mesmo tempo, se vinculou aos movimentos mais expressivos de Educação, Educação Popular e Cultura Popular do Brasil. Ao lado de Paulo Freire, trabalhou no Movimento de Educação de Base (MEB), e foi uma das fundadoras do Movimento de Cultura Popular (MCP); realizou as primeiras experiências com alfabetização para adultos, conhecido como – Método Paulo Freire, quando sistematizou as palavras geradoras. Juntos, criaram os Círculos de Cultura, atuando em Recife: no Poço da Panela e no SESI; em Angicos: nas 40 horas de Angicos; em São Paulo: na Vila Helena Maria; e em Brasília, com o Plano Nacional de Alfabetização – PNA, até março de 1964. (SPIGOLON, 2021, p. 65).
- ¹³ Nima Imaculada Spigolon é doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas, mestre em Educação pela mesma Universidade, graduada em Pedagogia e bacharela em Administração. Escritora e Poetisa. Professora da Faculdade de Educação, na Universidade Estadual de Campinas. Coordenadora e pesquisadora do GEPEJA (Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos) e pesquisadora do GPPES (Grupo de Pesquisas em Políticas, Educação e Sociedade), ambos da Faculdade de Educação da UNICAMP.
- ¹⁴ José de Souza Martins é um importante sociólogo, professor e escritor brasileiro. Amigo pessoal e orientador de Doutorado de Carlos Rodrigues Brandão, foi professor da Universidade de São Paulo (USP), lecionando no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

Referências

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. (org.). **A questão política da Educação Popular**. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Deuses do povo**. Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 1981.
- CARRILLO, Alfonso Torres. **La Educación Popular: trayectoria y actualidad**. Bogotá: El Buho, 2012.
- FREIRE, Paulo. **À sombra desta mangueira**. São Paulo: Editora Olho D'Água, 1995.
- FREIRE, Paulo. **Cartas a Cristina: reflexões sobre minha vida e minha práxis**. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

- FREIRE, Paulo. **Conscientização**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. São Paulo: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- JARA, Oscar. **A Educação Popular Latino-Americana: história e fundamentos éticos, políticos e pedagógicos**. São Paulo: Ação Educativa/CEAAL/ENFOC, 2020.
- KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã Yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- PAULO, Fernanda dos Santos. **Pioneiros e pioneiras da educação popular freireana e a universidade**. Tese (doutorado em educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. 2018. 268f.
- SPIGOLON, Nima Imaculada. **Pedagogia da convivência: Elza Freire, uma vida que faz educação**. Jundiá: Paco Editorial, 2016.
- SPIGOLON, Nima Imaculada. **As noites da ditadura e os dias de utopia – o exílio, a educação e os percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979**. Tese (doutorado em educação) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2014. 506f.
- SPIGOLON, Nima Imaculada; SILVA, César Ferreira da. Movimento de Educação de Base. In: PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo. (orgs.). **Arqueologia nas cartas de Carlos Rodrigues Brandão: contribuições para a Educação Popular**. Chapecó: Livrologia, 2021.
- SPIGOLON, Nima Imaculada; SILVA, César Ferreira da. Maria Alice Brandão. In: PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo. (orgs.). **Arqueologia nas cartas de Carlos Rodrigues Brandão: contribuições para a Educação Popular**. Chapecó: Livrologia, 2021.
- SPIGOLON, Nima Imaculada. Elza Freire. In: PAULO, Fernanda dos Santos; DICKMANN, Ivo. (orgs.). **Arqueologia nas cartas de Carlos Rodrigues Brandão: contribuições para a Educação Popular**. Chapecó: Livrologia, 2021.